

LEITURA, LITERATURA E DEMOCRACIA: REDES NARRATIVAS DA CIBERCULTURA

Maria Antonieta PEREIRA¹

RESUMO – Análise de aspectos das relações entre leitura, literatura e democracia no Brasil, identificando as redes hipertextuais capazes de produzir ações transdisciplinares entre universidade/comunidade/sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: leitura, literatura, democracia, hipertexto, transdisciplinaridade

A história da leitura no Brasil está marcada pelas relações de produção do conhecimento definidas por uma política colonial. Um dos mais importantes instrumentos dessa política foi a catequese que introduziu uma prática de leitura marcada por dois aspectos básicos: “primeiro, o modo de assimilação da tradição de leitura européia; segundo, a relação entre a leitura e a ação” (NUNES, 1994, p. 97). Baseada numa pedagogia mimética, essa leitura visava à repetição estereotipada, por parte da população autóctone, de orações e preceitos morais os quais definiam o comportamento do leitor num contexto ritualístico que tinha como principal consequência a assimilação da conduta do cristianismo. Essa política prevaleceu durante séculos e marcou tão decisivamente a cultura nacional que, ao final do século XIX, enquanto a Argentina investia maciçamente na educação popular tentando superar os 80% de analfabetismo do país (ROMERO, 1996, p. 105), no Brasil, D. Pedro II assinava as leis do Ventre Livre e dos Sexagenários. Ou seja, quando nossos vizinhos apostavam nas bases de uma

¹ UFMG, Faculdade de Letras, Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão *A tela e o texto*. Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP -31270-901 - literabhz@yahoo.com.br.

democracia cultural, ainda estávamos tentando coibir a posse de uma multidão de escravos analfabetos por parte da minoria letrada. Todos esses fatos mostram como nossos atuais índices de analfabetismo funcional ou primário têm fortes raízes históricas: somos fruto de uma sociedade culturalmente injusta e excludente, dividida entre senhores e escravos, doutores e analfabetos, cidadãos e párias.

Contudo, no interior desse quadro de escassa leitura, paradoxalmente, a Literatura Brasileira desempenhou um caráter estruturante na cultura nacional porque “através de gêneros e formas inescapavelmente européias – o romance, a poesia, a pintura, a arquitetura etc.” ela buscou exprimir a experiência local de formação da nacionalidade. Na tentativa de compor uma identidade nacional, foram buscadas as formas que pudessem tornar narrável essa experiência e, nesse caso, a literatura passou a ter uma função estruturante (ARANTES, 2000. p. 352), no discurso que compunha a idéia de nação. Assim, há uma estreita relação entre as produções artísticas do Arcadismo, do Romantismo e do Modernismo, pois todos esses movimentos construíram, cada qual a seu modo, algumas propostas de nação. Se tomarmos essa memória cultural como um ponto de partida, veremos que ela se desenvolveu de forma conflituosa, sendo tal agonística responsável por uma longa tradição de oralidade que, de certa forma, preparou o leitor brasileiro para o intenso consumo de produtos audiovisuais.

Na atualidade, mergulhada na revolução cibernética, nossa população experimenta a superposição das sociedades da oralidade primária, da escrita e da informática. Nesse contexto, os educadores afastam-se, paulatinamente, de uma visão romântica em que a tecnologia era vista como algo a ser exorcizado. Hoje, sabemos que a própria escrita pode ser considerada uma tecnologia intelectual pois, sendo o fato social mais importante na

construção da civilização ocidental (HIGOUNET, 2003, p.10), divide a história da humanidade em um *antes* e um *depois*. Com base na tecnologia da escrita, presenciamos o desenvolvimento da grande transformação tecnológica que altera profundamente a própria sociedade da escrita, não só em termos de produção e recepção de textos, mas também no que tange às mudanças de hábitos culturais, às transformações dos conceitos de tempo, espaço, autoria, propriedade intelectual, informação, direitos de cidadania etc., definindo formas mais democráticas de produção e circulação do saber.

Segundo o filósofo Pierre Lévy, as tecnologias contemporâneas funcionam como uma ferramenta de trabalho intelectual que atua com base em dois princípios de abertura. O primeiro deles, chamado de *princípio da multiplicidade conectada*, permite a existência de grandes redes de interfaces² que atuam associadas e mutuamente acionadas. A partir desse princípio, pode-se considerar que, em diferentes níveis de realidade, todas as coisas podem ser conectadas entre si, formando redes que, por sua vez, associam-se a outras redes, num processo infinito de conexão. Tais redes são formadas na interface dos mais variados elementos: disciplinas escolares, crenças e hábitos sociais, formas de organização da comunidade, notícias do cotidiano, condições climáticas etc. Qualquer elemento da realidade (objetos, pessoas, animais, pensamentos, eventos) pode se conectar a outros elementos e assim infinitamente. Uma rede interfere no funcionamento das redes de sua vizinhança e também sofre a interferência delas. Cada evento, ator ou rede pode ser substituído por outros, a depender do ponto de vista dos interesses em jogo.

² A palavra *interface* nomeia qualquer dispositivo que permite a comunicação entre diferentes sistemas informáticos ou entre um sistema informático e uma rede de comunicação. Mas a noção de interface pode também ser aplicada a operações de tradução ou de contato entre meios heterogêneos. A interface é a operadora da passagem de uma coisa a outra, envolvendo sempre as idéias de conexão, reinterpretação, tradução, torção, reescrita etc. Cf. LÉVY, 1993. p. 176.

Associado à multiplicidade conectada, temos o *princípio da interpretação* cuja base são os atores que participam do processo de produção de novos sentidos. Segundo esse princípio, são considerados como atores não só os humanos, que atuam conscientemente sobre uma determinada realidade, mas também outros componentes das redes sociotécnicas (máquinas, processos das mais variadas naturezas, animais, crenças, valores, códigos, imagens, células etc.). Qualquer elemento pode ser interpretado por outro. Por exemplo, um terminal de banco (máquinas em rede) pode interpretar a senha incorreta que digitamos (códigos compartilhados) como uma invasão de privacidade (normas da rede bancária) e bloquear a operação (rede de proteção do cliente). Mas nós (rede de usuários) podemos interpretar a interpretação da máquina (rede de códigos compartilhados) como um erro imperdoável da rede bancária ou, pelo contrário, como uma medida acertada que protege nossas operações. O princípio de interpretação garante as mais diversas interações dos homens entre si, das máquinas entre si, dos homens com as máquinas, dos homens com a natureza etc. Esse sistema pode ser válido para qualquer interpretação: por isso, ele se torna potencialmente infinito.

Tanto a *multiplicidade conectada* quanto o princípio da *interpretação* estão inseridos na idéia de *hipertexto*³, que parece ser uma teoria adequada para se pensar a produção de conhecimento e, portanto, o papel do educador, na atualidade. A noção de

³ O *hipertexto* é um conceito válido para se pensar a produção de sentido ou a leitura do texto e do mundo. Um hipertexto caracteriza-se por 6 princípios básicos, a saber: 1) *metamorfose* - processo constante de construção e mudança do discurso em que seus atores renegociam os lances de linguagem; 2) *heterogeneidade* - nas conexões da rede encontra-se um material multimodal, multimídia; 3) *multiplicidade e encaixe de escalas* - organização fractal das conexões, em que sob cada uma pode-se encontrar uma nova rede e assim *ad infinitum*; 4) *exterioridade* - a força que move a rede vem de estímulos exteriores a ela e fora de seu controle; 5) *topologia* - a rede é o espaço: tudo que se movimenta por ela deve usá-la ou modificá-la por um processo de contigüidade; 6) *mobilidade dos centros* - a rede não tem centro fixo, qualquer conexão pode ser um centro provisório funcionando simultaneamente a outros. Cf. LEVY, 1993. p. 25.

hipertexto constitui, em última análise, uma *teoria de rede* e, por isso, ela se presta à análise de algumas propostas pedagógicas que podem contribuir para se modificar a escola contemporânea e, por meio dela, permitir a organização mais democrática da produção do saber.

Um novo cidadão e um novo educador

Tomando como ponto de partida os princípios acima citados e a teoria do hipertexto, poderemos avançar na construção de processos educacionais capazes de formar um *novo cidadão*, atento ao mundo contemporâneo e preparado para interagir em redes das mais diversas categorias. Esse habitante do século XXI teria que ser educado para se reconhecer, ele próprio, como uma rede (corporal, orgânica, psíquica, cultural, etária, nacional, global etc.) e, ao mesmo tempo, como um elo de muitas outras redes sociotécnicas com as quais esteja em interação, sejam elas os humanos, os outros animais, as máquinas etc.

Nesse sentido, é urgente pensarmos na capacitação de uma nova geração de professores, que seja especialmente formada para atender à geração de jovens que está chegando, hoje, às escolas, a partir de realidades muito duras, excludentes, violentas, altamente deletérias e transgressoras, com fortes características de individualismo, consumismo, impunidade, banalização da vida e da morte, descrença no futuro, alteração brusca de valores sociais e morais. Essa nova geração de educadores — capazes de se comportar, ao mesmo tempo, como mestres e aprendizes — poderá ser uma vanguarda pedagógica preparada para articular projetos-piloto bem sucedidos, onde sejam

experimentadas formas de organização de uma nova escola, em que haja novos conteúdos, outras finalidades e distintos meios.

Nesse contexto, o próprio conceito de educador precisa ser modificado, já que ele não indica apenas o professor mas também outros atores sociais como o líder comunitário, o educador social, o agente cultural, o presidente da associação de bairro, o bibliotecário, os familiares dos educandos etc. Numa visão ainda mais abrangente, poderíamos pensar na função pedagógica das próprias máquinas, como a TV, o cinema e o computador, que educam grandes contingentes populacionais independentemente da escola, à revelia da escola e às vezes contra a escola. Esses novos atores sociais contribuem para que a educação seja vista, cada vez mais, como um processo aberto, permanente, compartilhado, democrático, em rede.

Essas características apontam para uma proposta transdisciplinar que, segundo Nicolescu, “diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, *através* das diferentes disciplinas e *além* de qualquer disciplina. Seu objetivo é a *compreensão do mundo presente*, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento” (NICOLESCU, 1999. p. 51. Grifos do autor). Numa perspectiva relacional, a transdisciplinaridade não se opõe à disciplinaridade, mas a ela se associa, já que ilumina a verticalidade das disciplinas atuando em suas fronteiras, tornando-as porosas e receptivas a intercâmbios em diferentes níveis de realidade. Questionando uma identidade rígida gerada por pares excludentes, a transdisciplina prevê a possibilidade de um terceiro estado onde os contraditórios interagem, criam novos sentidos, desdobram-se noutros elementos, e assim sucessivamente. A idéia de transdisciplinaridade pode ser articulada

ao conceito de hipertexto e, assim, contribuir para a produção e a utilização de saberes em rede.

Formando educadores na leitura de telas e textos

O Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão *A tela e o texto* da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, tem desenvolvido um considerável esforço, desde 1998, em vários projetos de *reflexão* (pesquisa) e *ação* (ensino e extensão), relacionados às possibilidades de ampliação dos níveis de leitura do Brasil contemporâneo, a partir do conceito de *hipertexto* ou *rede*. Por isso, o Programa desenvolveu várias propostas pedagógicas que realizam uma leitura inter-relacional de telas e textos, tentando acionar, em um *saber-fazer* incessante, a grande rede sociocultural do Brasil que articula o texto impresso às telas do cinema, da televisão, do computador, do celular.

Evidentemente, as ações do Programa partem da realidade dos enormes contingentes de brasileiros excluídos da leitura de textos escritos em Língua Portuguesa e dos baixos níveis de desempenho lingüístico daqueles que são considerados alfabetizados e, muitas vezes, letrados. Felizmente, começam a tomar corpo certas políticas públicas de leitura que prometem alterar o cenário da formação de leitores no país. Nesse contexto, destacam-se as metas do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) para 2008, as quais prevêem, dentre outros tópicos:

- aumentar o índice nacional de leitura em 50% (de 1,8 para 2,7 livros por habitante/ano);

- elevar o índice de empréstimos de livros em bibliotecas (sobre o total de livros lidos no país) de 8% para 14%;
- aumentar em 10% o índice per capita de livros não-didáticos adquiridos (de 0,66% per capita para 0,72% por ano)
- elevar em 10% o número de livrarias (de 1.500 para 1.650).

Essa estatística mostra como os educadores ainda têm pela frente uma longa trajetória a ser percorrida, no sentido de colaborar para ampliar os níveis de letramento do Brasil. Por outro lado, o país apresenta uma forte cultura audiovisual, com destaque para o consumo de programas de TV e um crescente uso de computadores e celulares. A própria Literatura Brasileira — que sempre circulou amplamente no interior da elite letrada — tem sido veiculada para a grande massa por meio de recursos do cinema, da televisão e mesmo da Música Popular Brasileira.

Como exemplo de filmes, seriados e minisséries que divulgam a Literatura Brasileira, poderíamos citar *O tempo e o vento*, *Sítio do pica-pau amarelo*, *Mad Maria*, *O auto da compadecida*, *Agosto*, *O sorriso do lagarto*, *A grande arte*, *Memórias póstumas*, *A chuva nos telhados antigos*, *Françoise*, *O bloqueio*, *Rua da amargura* etc. etc. As obras de Luiz Vilela, Murilo Rubião, Clarice Lispector e Guimarães Rosa, para citar apenas alguns de nossos grandes escritores, estão sendo focadas constantemente pelas câmeras brasileiras. Nossa novela de televisão tem como estrutura básica o romance-folhetim do século XIX. Poetas consagrados, como Augusto de Campos e Arnaldo Antunes, produzem videopoemas para serem lidos nas telas da TV ou do computador. Compositores de letras de música, como Caetano Veloso, Chico Buarque e Vinicius de

Moraes, favorecem a elevação do nível cultural dos brasileiros quando lhes oferecem poemas musicados de rara qualidade artística.

Nesse cenário, o Programa *A tela e o texto* busca ampliar e aprofundar os níveis de leitura de educadores e educandos, associando os recursos da mídia contemporânea ao suporte do texto impresso. Tal propósito se baseia nas atividades que ele vem realizando, desde 1998, e cujos resultados mostraram a urgência de se explorar, de forma conjunta:

- a revolução mundial da informática;
- a forte cultura televisiva do Brasil;
- a tradição cinematográfica da população de Belo Horizonte;
- as experiências contemporâneas de jovens *videomakers* mineiros;
- as propostas educacionais transdisciplinares.

Na tentativa de contribuir para melhorar os níveis de leitura do Brasil contemporâneo, o Programa desenvolve pesquisas continuadas em que busca conhecer:

1. as relações entre telas e textos, construindo uma rede conceitual que aborde os recursos motores, lingüísticos, neurológicos e culturais empregados na leitura de letras e imagens;
2. as competências e habilidades exigidas para a leitura das telas (cinema, TV, computador) e dos textos (literatura, ciência, tecnologia, mídia);
3. os pontos de confluência e divergência entre tais competências e habilidades, tendo como hipótese a possibilidade de sua transferência de um campo a outro (do texto à tela e vice-versa);

4. a formação de leitores críticos de telas e textos em vários níveis (leitura formal e informal; leitura escolar, profissional ou de entretenimento; leitura de ficção e não-ficção), numa perspectiva transdisciplinar.

Para atingir suas metas, o Programa organiza-se em setores que trabalham provocando interfaces entre telas e textos. Atualmente, o Programa conta com 12 projetos de formação de leitores, a saber:

1. LEITURA PARA TODOS – divulgação da Literatura Brasileira nos ônibus e no metrô de Belo Horizonte, por meio de lâminas afixadas nas cadeiras;
2. MOSTRAS E ESTUDOS AUDIOVISUAIS – exibição da produção audiovisual mineira, amazônica e latino-americana (documentário, ficção, animação, experimental e videopoema) tendo já realizado 9 Mostras e várias re-edições, em espaços culturais do centro e das periferias de Belo Horizonte;
3. BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS – fundação e/ou assessoria de bibliotecas comunitárias na Região Metropolitana, incluindo cursos de capacitação de bibliotecários, auxiliares de bibliotecas, professores e agentes culturais;
4. LETRAMENTO LITERÁRIO INFANTO-JUVENIL – participação no projeto Escola Integrada da Prefeitura de Belo Horizonte, que atende a crianças em situação de risco (convênio PROEX/UFMG);

5. LINHA EDITORIAL – difusão da Literatura Brasileira, por meio de textos breves do passado e do presente, com a edição de livros de bolso a baixo custo (vendidos a R\$1,99), para atender à população da periferia de Belo Horizonte. O projeto também edita livros no formato padrão com resultados de pesquisas que atendem aos educadores;
6. FÓRUM DE ENSINO DE LEITURA – evento quinzenal realizado na Faculdade de Letras, que debate pesquisas e temas relativos à formação de leitores;
7. CONTAR-TE – grupo de contação de histórias que busca despertar o gosto pela leitura em crianças, jovens e adultos;
8. REVISTA *txt* – revista eletrônica, editada semestralmente desde 2005, que divulga leituras e pesquisas transdisciplinares de telas e textos;
9. CAPACITAÇÃO DE EDUCADORES – projeto permanente de capacitação de profissionais da educação (professores, líderes comunitários, agentes culturais, bibliotecários etc.) por meio de cursos, palestras e eventos pedagógicos;
10. ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL – realização de projetos que atendem a jovens e adultos com alto nível de exclusão social, propiciando-lhes alfabetização, letramento e inclusão digital;
11. PROJETO VERDE – promoção de ações internas e externas ao Programa, no sentido de construção de uma ética do gênero humano que envolva o respeito e o cuidado para com a vida na Terra,

favorecendo o protagonismo individual, a participação comunitária e o pertencimento à espécie humana;

12. NOVAS HISTÓRIAS – preparação de educadores sociais que sejam capazes de atender às populações acolhidas em abrigos de Belo Horizonte, no sentido de elevar seu nível de letramento e sua competência profissional.

Atuando em parceria com vários órgãos públicos e privados da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o Programa já teve muitos de seus projetos contemplados por leis de incentivo à cultura. Além disso, seu projeto *Leitura para todos* recebeu em 2007 o maior prêmio nacional de fomento à leitura, o VIVALEITURA, patrocinado por MEC, MINC, OEI e Fundação Santillana. Disposto a colaborar para elevar os níveis de leitura do país, o Programa *A tela e o texto* interage fortemente com instâncias de ensino formais e informais, circulando entre universidade, sociedade e comunidades locais, aprendendo e ensinando. Desses encontros e dessas trocas, sempre nascem novas redes de sentido e novas opções pedagógicas.

Referências bibliográficas

ARANTES, P. In: NOBRE, M. et al. (org.). *Conversas com filósofos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2000.

HIGINO, Anderson et al. (org). *Formando leitores de telas e textos*. Belo Horizonte: Linha Editorial Tela e Texto, Fac. Letras, 2007.

HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola, 2003.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

NICOLESCU, Basarab. *O manifesto da transdisciplinaridade*. Trad. L. P. de Souza. São Paulo: TRIOM, 1999.

NUNES, José Horta. *Formação do leitor brasileiro – imaginário da leitura no Brasil colonial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

ROMERO, José Luis. *Breve história de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1996.